

Iensen só garante a Sarney 230 votos para seu mandato

Da Sucursal de Brasília

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda que fixa em cinco anos o mandato presidencial, disse ontem ao presidente José Sarney que, embora sua proposta tenha recebido 317 adesões, conta apenas com 230 votos como certos em plenário. Iensen explicou que pessoalmente colheu as 230 adesões, sob a condição de que só assinassem sua emenda os constituintes que realmente estivessem dispostos a ratificar sua posição em plenário. O restante das assinaturas, segundo disse, foi colhido por sua



assessoria. Iensen acredita que sua emenda deverá ser aprovada com 320 votos.

No encontro com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, estavam também o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o secretário geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), o deputado Alexandre Puzina (PMDB-SC) e o senador Edison Lobão (PFL-MA). Lobão disse que o presidente Sarney não fez qualquer comentário sobre as emendas apresentadas pelo Centrão e que alteram todo o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Indagado se sua emenda refletia o desejo popular, Iensen afirmou que "o povo vai compreender que o atual momento é muito difícil para fazer

uma eleição". Ele disse que os trabalhos do Congresso constituinte se estenderão até maio, o que torna ainda mais difícil a realização de eleições para presidente neste ano.

Prisco

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, um dos principais articuladores do Planalto, disse ontem, em Porto Alegre (RS), que "a Constituinte manifestou através da emenda constitucional, com 317 assinaturas, sua clara tendência para aprovar os cinco anos". Prisco afirmou que o número de assinaturas "é mais que um indício, é uma evidência inquestionável. São assinaturas conscientes dadas a uma emenda de conteúdo conhecido e da repercussão que todos sabem que tem".

Esquema de coleta de assinaturas incluiu até polícia e táxis aéreos

Da Sucursal de Brasília

O Centrão utilizou a polícia, governadores, ministros e até aviões para conseguir o número mínimo de 280 assinaturas e garantir, assim, a preferência na discussão e votação, no plenário do Congresso constituinte, de suas emendas coletivas ao projeto de Constituição.

O deputado Érico Pegoraro (PFL-RS) foi localizado numa praia do Rio Grande do Sul com a ajuda da Polícia Militar. O deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do Centrão, disse que foi informado, por telefone, que o parlamentar estava gozando férias numa praia gaúcha. Descobriu o telefone do posto policial, fez um "escândalo" ao falar com o guarda de plantão e conseguiu que este procurasse, pessoa por pessoa, quem era o deputado, para avisá-lo que em Brasília precisavam falar com ele urgentemente. Pouco depois, segundo Dasso, veio o retorno. Pegoraro mandou sua assinatura no

primeiro voo da Varig para Brasília.

O Centrão utilizou, também, além dos voos comerciais, dois "Learjets" para a cata das assinaturas. Dasso Coimbra disse que as duas aeronaves foram fretadas da Líder Táxi Aéreo. Um dos aviões saiu de Brasília às 5h30 e foi a Terezina (PI) apanhar a assinatura do senador João Lobo (PFL-PI), a Campina Grande (PB) pegar a assinatura do senador Raimundo Lira (PMDB-PB) e a Aracaju (SE) trazer a de João Machado Rollemberg (PFL-SE), que estava hospitalizado; a outra aeronave foi para Itabuna (BA) pegar a assinatura do deputado Fernando Gomes (PMDB-BA). O aluguel de um "Learjet" de Brasília para Itabuna custa Cz\$ 761.520,00, por dia.

O Centrão contou também com a ajuda de ministros e governadores para a coleta de assinaturas. Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Borges da Silveira, da Saúde, Antônio Carlos Magalhães,

das Comunicações e Aníbal Teixeira, do Planejamento, coletaram cerca de 40 assinaturas, segundo informação do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE). Os governadores do Maranhão, Epitácio Cafeteira, do Piauí, Alberto Silva, e de Santa Catarina, Pedro Ivo, também saíram na coleta.

A assinatura mais difícil foi a do senador Aureo Mello (PMDB-AM). Ele não viaja de avião. Tomou um barco de Manaus para Belém (PA) na quinta-feira, dia 7. Em Belém pegou um carro. Chegou a Brasília anteontem, a tempo de assinar as emendas. A assinatura de Carlos Benevides (PMDB-CE) também foi difícil. O Centrão tinha a informação de que ele estava em Búzios (RJ) e mandou um emissário até lá. Este foi informado que o deputado havia se deslocado para São Paulo. Dasso Coimbra pegou a lista de hotéis cinco estrelas de São Paulo e passou a procurá-lo. Na terceira tentativa o localizou no Maksoud Plaza.



Matheus Iensen deixa o Palácio do Planalto após encontro com Sarney

Centrão continua querendo acordo

Da Sucursal de Brasília

O Centrão continua interessado em negociar a aprovação de suas emendas com os outros grupos suprapartidários do Congresso constituinte. "Não quisemos eliminar a possibilidade de um acordo futuro", disse ontem o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), 44, um dos coordenadores do grupo, que já marcou várias conversas para a próxima terça-feira. Até lá, entretanto, tanto os articuladores do Centrão quanto do "Centrinho" e "Grupo dos 32" estão "em férias".

"Nós também somos humanos", disse o deputado Pinho de Arruda Sampaio (PT-SP), 57, repetindo uma frase dita pelos poucos constituintes que compareceram ao Congresso. Depois de apresentar mais de duas mil emendas, os parlamentares viajaram de volta para seus Estados, procurando descanso. Até o dia 20 (data final para que o relator Bernardo Cabral dê seu parecer sobre as emendas), o Congresso constituinte estará vazio.

Depois da movimentação da véspera, os corredores do Congresso estavam ontem tão vazios como nas vésperas de feriados. Apenas os funcionários da secretaria geral do Congresso constituinte trabalhavam freneticamente para conferir as assinaturas das emendas e classificá-las. Mais de cinquenta funcionários faziam este trabalho, que deverá ser concluído hoje.

Apesar do comentário predominante sobre as emendas do Centrão e o número de assinaturas de apoio conquistadas, os coordenadores do grupo não estavam em Brasília. O deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), 61, repetia que "não há riscos de coincidências e repetições" nas assinaturas apresentadas.

Parlamentares fazem mais de 2 mil propostas

Da Sucursal de Brasília

O projeto de Constituição da Comissão de Sistematização recebeu 2.045 propostas de emendas. Destas, 2.016 são individuais e 29 coletivas. Entre as individuais, algumas curiosas: o deputado Osmir Lima (PMDB-AC) propôs a independência do Estado do Acre; o deputado João de Deus (PDT-RS) quer que o casamento seja indissolúvel.

As coletivas retomaram a iniciativa de criação de novos Estados (Triângulo de Minas, Tapajós e Santa Cruz, entre outros); a preferência para a votação do sistema de governo (parlamentarista, de Egidio Ferreira Lima, e presidencialista, de Vivaldo Barbosa, Edison Lobão, Humberto Lucena e Teodoro Mendes); ou o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, de Matheus Iensen (PMDB-PR). Enquanto alguns parlamentares procuram criar novos Estados, outro — Nilson Gibson (PMDB-PE) — quer anexar o Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.

A conferência das assinaturas durou até as 2h30 da madrugada de ontem e foi retomado de manhã.

Emendas trazem duplicidade de adesões centristas

Da Sucursal de Brasília

Todas as emendas do grupo suprapartidário Centrão entregues à Mesa do Congresso constituinte apresentaram duplicidade de assinaturas, mas o número mínimo de 280 exigido para a garantia da preferência na ordem da votação no plenário foi garantido. O título relativo à "Ordem Econômica" teve 313 assinaturas, mas só valeram 283, pois 30 estavam repetidas. O "preâmbulo", que recebeu 326 assinaturas, teve na verdade 297, o número máximo de adesões conseguidas pelo grupo. Durante todo o dia de ontem, funcionários do Congresso Nacional examinaram as assinaturas do Centrão, conferindo com as originais e cancelando aquelas em duplicata.

Para o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do Centrão, responsável pela coleta de assinaturas, a duplicidade já era esperada. "Nós perdemos o controle e sabíamos que várias emendas apresentariam casos duplos. Por isso, procuramos ultrapassar o número de 300, para termos a garantia de que não haveria problemas", disse.

Deputado prorrogou o prazo porque tem tradição 'liberal'

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 71, invocou ontem sua tradição "liberal" e "compreensiva" para explicar a decisão de prorrogar até a meia-noite de quarta-feira o prazo para apresentar emendas ao projeto da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte.

Ulysses negou que tivesse o objetivo de favorecer o Centrão, bloco suprapartidário da Constituinte. O fato é que graças à prorrogação, de 19h para 24h, o Centrão teve tempo para conseguir 280 assinaturas (maioria absoluta do plenário da Constituinte) e apresentar emendas aos 11 títulos do projeto da Sistematização.

O deputado José Genoíno (PT-SP) considerou anti-regimental o adiamento do prazo e disse que tentará anular as emendas apresentadas além das 19h de quarta-feira, limite previsto em circular encaminhada pelo próprio Ulysses aos constituintes. Acusou Ulysses de ter prorrogado o prazo sem informar previamente a todos os constituintes.

Ulysses, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, defendeu-se, ontem à tarde: "Acho que a decisão tem base no regimento.

Se fosse o contrário (a antecipação do prazo máximo), aí sim eu estaria cerceando direitos." Segundo ele, "vários prazos já foram dilatados para que os constituintes pudessem se manifestar". Disse que a prorrogação permitiu a apresentação de 200 emendas a mais.

O protesto da esquerda, porém, não terá efeitos concretos. O próprio José Genoíno disse que sua tentativa de anular as assinaturas se limitará a uma questão de ordem, dia 27, quando a Constituinte começar a votação em plenário do projeto de Constituição. "Vamos recorrer ao plenário", disse Genoíno. Como o Centrão é maioria no plenário, a anulação das assinaturas dificilmente será aceita.

Ulysses foi ontem à noite a Belo Horizonte para conversar com o governador Newton Cardoso sobre a Constituinte. Na próxima semana viajará para conversar com os governadores Álvaro Dias (Paraná), Pedro Ivo (Santa Catarina) e Pedro Simon (Rio Grande do Sul). Tentará encontrar-se também com alguns governadores do Nordeste. Seu objetivo, disse ontem, será obter deles colaboração para acelerar a votação da Constituição.

PFL vai escolher o seu candidato no próximo mês

Da Sucursal de Brasília

A Comissão Executiva Nacional do PFL, reunida ontem em Brasília, marcou para 28 de fevereiro as prévias para a escolha do candidato à Presidência da República e as convenções para a renovação dos diretórios municipais. As convenções regionais deverão ser no dia 10 de abril.

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), disse que as convenções foram marcadas para 28 de fevereiro porque o partido deve se concentrar agora nas votações do projeto de Constituição. Segundo Maciel, as prévias municipais são a melhor maneira de se saber a preferência das bases do PFL.

Na reunião da Executiva Nacional, o PFL discutiu também uma estratégia de atuação no plenário do Congresso constituinte. Maciel marcou outra reunião para a próxima terça-feira, quando serão fechados os "pontos de orientação da Executiva" aos parlamentares do partido.

Maciel disse que o PFL deverá assumir sua postura liberal. Ele considera o atual projeto de Constituição — e as emendas substitutivas — totalmente contrárias ao cidadão.

Cabral considera suficiente prazo para os pareceres

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse que o prazo de sete dias será suficiente para que as 2.045 emendas ao projeto de Constituição recebam parecer. Cabral será auxiliado por nove relatores-adjuntos e por uma equipe técnica.

O relator esperava que o número de emendas chegasse a 2.500. Ele pediu à Secretaria da Mesa do Congresso constituinte que lhe remetesse cópias de todas as emendas, na medida em que eram apresentadas. Cabral disse que as emendas coletivas, como as apresentadas pelo Centrão, serão apreciadas "com cuidado especial".

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), apresentou uma emenda onde propõe o presidencialismo "híbrido", com maiores poderes ao Congresso. Segundo Lucena, a proposta tem 349 assinaturas e terá preferência para votação, por ter superado 280 adesões. Lucena, parlamentarista, acha que esse sistema de governo não tem condições de ser implantado agora.